



FRITZ NUNES

27º Congresso aprovou por ampla maioria o fim das fundações de apoio

Congresso docente apóia extinção das fundações de apoio

A medida pode parecer antipática ou radical para algumas pessoas. No entanto, os escândalos envolvendo as fundações de apoio nas universidades públicas pipocaram de norte a sul do país, sendo que um dos casos mais graves e rumorosos foram o da Fatec/Fundae, de Santa Maria. É levando em conta essa situação, bem como a produção do Grupo de Trabalho do ANDES tratando de Fundações, que os mais de 250 delegados presentes ao 27º Congresso de Goiânia decidiram pela “extinção gradual e total das fundações de apoio”. A proposta, aprovada com modificações, teve como base apresentada por Santa Maria. Os autores, professores Diorge Konrad, Sérgio Prieb, Maristela Souza, Gláucia Konrad e Ester Nogueira, argumentavam na proposição que “as fundações de apoio são desnecessárias para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão dentro de uma lógica de produção do saber e do desenvolvimento científico público e socialmente referenciado”. Acresceu-se ainda, em outro ponto da proposta, a necessidade da “defesa da desvinculação gradual e total de todas as Instituições de Ensino Superior das Fundações Privadas de Apoio, considerando estas como um canal de negócios e de interesses mercadológicos”.

A partir de sugestão de alguns delegados do encontro, e que foi deliberada pela maioria dos participantes, o texto assinala que se deve “continuar denunciando que as fundações de apoio são desnecessárias e perniciosas”, ou seja, acrescentou-se o

adjetivo pernicioso, qualificando-se então, as fundações, como prejudiciais aos interesses da universidade pública. Em relação a como proceder diante da existência das fundações, foi aprovado que se deve lutar pela efetivação da autonomia universitária, para que então se possa fazer uma desvinculação gradual das universidades, tendo em vista que as fundações viraram “instrumentos importantes de introdução nas universidades públicas de mecanismos de privatização, corrupção e burla na legislação trabalhista”.

DIMENSÃO- Para o presidente da SEDUFSM, professor Diorge Konrad, a decisão do Congresso reverte-se de importância fundamental, haja vista que possui dimensão nacional. Segundo ele, a decisão tomada em Goiânia mostra que há uma compreensão de que não basta apenas denunciar os absurdos que vêm sendo cometidos no interior das fundações, mas também apresentar propostas que tenham por objetivo tirar a universidade dessa situação de quase “refém” das fundações. “A proposta apresentada no Congresso do ANDES por um grupo de professores de Santa Maria não saiu por acaso, ela foi resultado de dois seminários organizados pela SEDUFSM tratando do tema, nos quais a problemática foi amplamente discutida. Além disso, a proposição de docentes da UFSM foi apresentada em assembléia local no mês de dezembro e, depois de discutida, foi referendada pelos participantes para que constasse no caderno de textos do Congresso”.

Falácia e omissão

No entendimento do dirigente da seção sindical, Diorge Konrad, não se quer uma extinção pura e simples das fundações de apoio, o que se quer é que de forma gradativa a universidade passe a ser totalmente desvinculada dessas entidades. Acrescenta ainda que considera falacioso o argumento daqueles que afirmam que não se pode sobreviver sem as fundações. Konrad lembra que, durante seminário na UFSM, no dia 30 de novembro, a professora da Universidade Federal do Amapá, Marinalva Oliveira, exemplificou que naquela instituição, há dois anos não existe mais relação entre universidade e fundação. A desvinculação foi decidida depois de inúmeros escândalos envolvendo universidade e fundação.

Mesmo admitindo que o tema é polêmico, o presidente da SEDUFSM entende que o sindicato

não poderia se omitir. “O papel de nossa entidade não se resume a defender os interesses individuais dos professores, como no caso das questões salariais e trabalhistas. Defendemos o interesse de toda a categoria e, principalmente, temos uma luta histórica em defesa da manutenção da universidade pública, estatal, gratuita e de qualidade. Portanto, questionar a relação entre universidade pública e fundações de apoio atualmente é ser coerente com a proposta do nosso sindicato, pois não podemos permitir que essa relação continue aprofundando cada vez mais a privatização interna das universidades, bem como servindo de espaço para atuações suspeitas em relação ao tratamento do dinheiro público, como temos observado nos escândalos que pipocaram em todo o país”, finaliza Diorge Konrad.

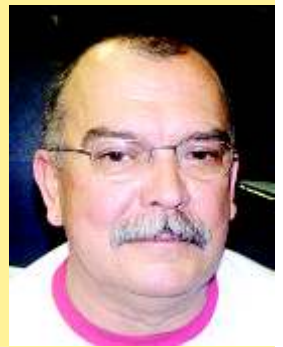


Tomás de Aquino Boaventura, 58 anos, professor aposentado da Universidade Federal do Mato Grosso

“Eu acho que nós temos que ser intransigentes com as fundações de apoio, principalmente pela multiplicação que elas têm tido, não só em determinadas Universidades, mas nas Universidades públicas como um todo. Nesse sentido, uma tolerância com relação a algum tempo para que possamos extingui-las, de certa forma pode trazer um efeito contrário, justamente fortalecendo para que elas venham crescendo como está acontecendo. Então, na realidade, o Sindicato e, aliás é uma posição nova dentro do Sindicato, porque o Sindicato, desde o momento do aparecimento dessas fundações foi pela sua extinção imediata, nós não temos tido força, nem a necessária atenção para que nós possamos caminhar no sentido de sua extinção imediata”.

Sérgio Barros Cassal, 58 anos, professor aposentado da Universidade Federal de Pelotas

“Eu acho que seria uma medida importante porque todos os estudos que nós acumulamos ao longo dos anos, tanto estudos desenvolvidos pela USP, e depois o GT Fundações criado dentro do ANDES, mostram, demonstram claramente que as fundações têm sido utilizadas para uma forma de privatização por dentro das universidades. Além de também favorecerem, e muito, irregularidades, corrupção e outros problemas como já têm acontecido, comprovadamente”.



Diorge Alceno Konrad, 43 anos, professor do departamento de História da UFSM

“Penso que é um passo importante para o resgate da universidade pública, gratuita, e estatal, no sentido de que ela passe a gerenciar todos os recursos públicos oriundos das fontes financiadoras e, portanto, a universidade assim poder desenvolver o ensino, pesquisa e extensão de forma autônoma, e sem qualquer compromisso com interesses que não os públicos. Portanto, as medidas graduais para se avançar para este caminho, até a extinção total da participação das fundações na universidade privada é um grande passo para que tenhamos uma universidade voltada para os interesses de toda a população, e não para alguns (interesses) apenas”.

ELES DISSERAM

“Na esteira de decisões do Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Regional Federal já teve oportunidade de salientar que o direito de greve não é superior a nenhum outro direito, notadamente o de interesse público”. (Iolete Fialho, juíza da 16ª Vara, justificando a consideração da Justiça do Distrito Federal sobre a ilegalidade da greve dos advogados da Advocacia Geral da União. Folha de São Paulo do dia 24 de janeiro de 2008).

“O governo Bush conduziu o país à guerra com base em informações errôneas que autoridades propagaram metodicamente, em um processo que culminou com a ação militar contra o Iraque em 19 de março de 2003”. (Na sinopse do estudo de Charles Lewis e Mark Reading-Smith, que revelou que Busch e seus funcionários fizeram 935 declarações falsas sobre a ameaça que o Iraque representava à segurança dos EUA, na Folha de São Paulo de 24 de janeiro de 2008).

“Cota na vaga dos outros é refresco”. (Davi Lincoln Rocha, Procurador da República em Santa Catarina, responsável pelo cancelamento do sistema de cotas na UFSC. Jornal Zero Hora do dia 25 de janeiro de 2008).